

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 – A BALIZA CONSTITUCIONAL	27
1.1 A interpretação da Constituição.....	30
1.2 Os direitos fundamentais	33
1.3 A jurisdição constitucional	37
1.4 Os direitos e garantias.....	40
1.5 O Estado Democrático de Direito	45
2 – O PRINCÍPIO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONFLITO.....	51
2.1 O interesse da vítima	58
2.2 O interesse do Estado.....	61
2.3 O interesse do acusado.....	63
2.4 A alternativa consensual	65
3 – DA RELAÇÃO PROCESSUAL PENAL.....	71
3.1 O Juiz.....	78
3.2 O Ministério Público.....	83
3.2.1 As garantias funcionais	86
3.2.2 Os princípios para a atuação do Promotor de Justiça no processo penal	87
3.2.2.1 O Promotor Natural e a independência funcional.....	88
3.2.2.2 A impessoalidade.....	90
3.2.2.3 A autonomia	91
3.3 A defesa	95
3.4 Da disparidade de armas para a igualdade de forças.....	100
3.5 A assistência	105



4 – A MISSÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	107
4.1 A instrumentalidade	110
4.2 A garantia fundamental	112
4.3 A imparcialidade da jurisdição	115
4.3.1 Da presunção de inocência	116
4.4 A garantia do garantismo	118
5 – A MISSÃO DO DIREITO PENAL	129
5.1 A criminologia	134
5.2 A vitimologia	138
5.3 O bem jurídico-penal	143
5.4 O direito penal mínimo, como limite máximo	148
5.5 A pena	151
5.6 Vencendo a “vingança pública” e o mito do direito de punir	165
6 – A AÇÃO PROCESSUAL PENAL	175
6.1 O interesse de agir	178
6.2 A legitimidade de agir	180
6.3 As espécies de ação penal condenatória	182
6.3.1 A ação penal pública incondicionada	182
6.3.2 A ação penal pública condicionada à representação	183
6.3.3 A ação popular	184
6.3.4 A ação penal privada	186
6.3.5 A ação penal privada subsidiária da pública	187
7 – DA AÇÃO PENAL PRIVADA	189
7.1 As objeções aos fundamentos da ação penal privada	189
7.2 A essência (não jurídica) da ação penal privada	194
7.3 Os princípios da ação penal privada	199
7.3.1 Da oportunidade ou conveniência	202
7.3.2 Da disponibilidade	203
7.4 A titularidade da ação penal	205
7.5 O Ministério Público como fiscal da lei	206
8 – DA AÇÃO PENAL (PRIVADA) SUBSIDIÁRIA	209
8.1 Os fundamentos da ação penal subsidiária	209

8.2 A inércia do Ministério Público	213
8.2.1 Conceito	213
8.2.2 Na hipótese de arquivamento	214
8.2.3 A diligência não imprescindível à denúncia.....	214
8.3 A natureza jurídica da ação penal subsidiária.....	215
8.4 A denúncia subsidiária.....	219
8.5 Os princípios da ação penal privada subsidiária	219
8.5.1 Da obrigatoriedade	220
8.5.2 Da indisponibilidade	221
8.6 A legitimação extraordinária e concorrente.....	222
8.7 O Ministério Público como assistente de acusação	223
CONCLUSÕES	225
REFERÊNCIAS.....	233
ÍNDICE ALFABÉTICO	247